



Eduardo Henrique Lolli

Endereço para acessar este CV:
<http://lattes.cnpq.br/2867575289212693>
ID Lattes: **2867575289212693**
Última atualização do currículo em 04/03/2024

Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás (2022). Especialista em Jurisdição Federal pela Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina (ESMAFESC, 2013) e em Direito Tributário pela Universidade do Vale do Itajaí (UNVALI, 2013), onde também obteve o grau de Bacharel em Direito (2012). Já ocupou/exerceu os cargos/funções de Analista Legislativo da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú/SC; Analista Judiciário (Área Judiciária) e Chefe de Cartório Eleitoral, ambos junto ao TRE/PR; e Assessor Jurídico, na vaga de servidor efetivo, junto à 1 Câmara de Direito Público e à 2 Câmara de Direito Comercial do TJSC. Atuação profissional com ênfase em Direito Público (Constitucional, Administrativo, Tributário, Financeiro, Ambiental e Eleitoral). Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (desde julho/2017). Presidente da Associação dos Procuradores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (APALEGO). Secretário-Geral da Associação Nacional de Procuradores e Advogados do Poder Legislativo (ANPAL). Professor na Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Advogado (OAB/SC n 46.371 e OAB/GO n 50.065). Autor de capítulos de livros e de artigos publicados em diferentes periódicos científicos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Eduardo Henrique Lolli

Nome em citações bibliográficas

LOLLI, E. H.;LOLLI, EDUARDO HENRIQUE

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/2867575289212693>

Orcid iD



<https://orcid.org/0000-0002-4088-9778>



Endereço

Endereço Profissional

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Procuradoria da ALEGO.
Avenida PL 1
Park Lozandes
74884090 - Goiânia, GO - Brasil
Telefone: (62) 32213000
Ramal: 3524

Formação acadêmica/titulação

2020 - 2022

Mestrado em Direito e Políticas Públicas.
Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.
Título: Controle dos Incentivos Fiscais de ICMS no Estado de Goiás: um estudo de caso múltiplo das instituições de controle interno e externo nos âmbitos da atuação, transparência e articulação, Ano de Obtenção: 2022.
Orientador: 🇧🇷 Saulo de Oliveira Pinto Coelho.
Bolsista do(a): Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, ALEGO, Brasil.
Palavras-chave: Políticas públicas; Incentivos fiscais; Renúncia de receitas; ICMS; Instituições Controladoras.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Financeiro.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social; Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria.

2013 - 2013

Especialização em
ESPECIALIZAÇÃO EM JURISDIÇÃO FEDERAL. (Carga Horária: 409h).
Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Brasil.
Título: COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE EM MATÉRIA AMBIENTAL E CONTROLE



JUDICIAL: IMPASSES E
PERSPECTIVAS NA
JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL E DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
Orientador: ZENILDO BODNAR.

2012 - 2013

Especialização em Direito Tributário.
(Carga Horária: 360h).
Universidade do Vale do Itajaí,
UNIVALI, Brasil.
Título: MANDADO DE SEGURANÇA
E COMPENSAÇÃO DO INDEBITO
TRIBUTÁRIO: PROVA PRÉ-
CONSTITUÍDA, LIMINAR E EFEITOS
PATRIMONIAIS PRETÉRITOS.
Orientador: ZENILDO BODNAR.

2008 - 2012

Graduação em Direito.
Universidade do Vale do Itajaí,
UNIVALI, Brasil.
Título: UMA ANÁLISE CRÍTICA
ACERCA DA DEFINIÇÃO DAS
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE NOS ARTIGOS 114 E
116 DO CÓDIGO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE DE SANTA
CATARINA (LEI 14.675, DE 13 DE
ABRIL DE 2009).
Orientador: ZENILDO BODNAR.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e
Tecnológico, CNPq, Brasil.

Formação Complementar

2023 - 2023

Processo Legislativo e Técnica
Legislativa para servidores da
SEMAD/GO. (Carga horária: 8h).
Escola do Legislativo da ALEGO, EL-
ALEGO, Brasil.

2023 - 2023

Instituição e avaliação de políticas
públicas por iniciativa parlamentar.
(Carga horária: 24h).
Escola do Legislativo da ALEGO, EL-
ALEGO, Brasil.

2021 - 2021



Contraditório perante os Tribunais de Contas (TCU, TCE, TCM). (Carga horária: 20h).
Instituto de Direito Administrativo de Goiás, IDAG, Brasil.

2021 - 2021

Agentes da Cidadania. (Carga horária: 30h).
Controladoria-Geral do Estado de Goiás, CGE/GO, Brasil.

2020 - 2020

Avaliação de Impacto de Programas e Políticas Sociais. (Carga horária: 36h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2019 - 2019

Atualização em Direito Eleitoral. (Carga horária: 48h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA-GO, Brasil.

2019 - 2019

Inovações de Direito Civil. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA-GO, Brasil.

2019 - 2019

Seminário Virtual: Processo Legislativo nos Estados da Federação. (Carga horária: 20h).
Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, EL-ALEMGO, Brasil.

2018 - 2018

Neurociência aplicada à negociação e mediação. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2018 - 2018

Debate sobre a Contribuição Sindical após a Reforma Trabalhista. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2018 - 2018



Formação de Preços dos Honorários Advocatícios. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2018 - 2018

Liderança e Coaching para Advogados. (Carga horária: 12h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Formação em Processo Eletrônico. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Expressão Verbal em Sustentação Oral nos Tribunais. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Nulidades do Leilão Extrajudicial de Imóveis. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Mediação e Conciliação em Conflitos Tributários e Estatais. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Memorização e Leitura Dinâmica. (Carga horária: 18h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Especial de Extensão em Direito Contratual Civil. (Carga horária: 27h).
Escola Superior de Advocacia de Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Aspectos Práticos do Usucapião Extrajudicial. (Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de

Goiás, ESA, Brasil.



Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Advocacia empresarial em licitações.
(Carga horária: 3h).
Escola Superior de Advocacia de
Goiás, ESA, Brasil.

2017 - 2017

Colaboração Premiada e Justiça
Criminal Negocial. (Carga horária:
3h).
Escola Superior de Advocacia de
Goiás, ESA, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2022

Vínculo: Discente, Enquadramento
Funcional: Discente

Outras informações

Discente do Programa de Pós-
Graduação em Direito e Políticas
Públicas da Universidade Federal de
Goiás (PPGDP/UFG)

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, ALEGO, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Servidor Público,
Enquadramento Funcional: Servidor
Efetivo (Procurador), Carga horária:
30

Outras informações

Atividades de consultoria e
assessoramento técnico-jurídico ao
Poder Legislativo, na forma do § 3º do



art. 11 da Constituição do Estado de Goiás e da Resolução nº 1.008/1999, conforme indicado no item 2.1.8 do edital do certame (n. 01/2015 - IV Concurso Público para Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás).

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás, OAB/GO, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro da Comissão de Direito Tributário, Carga horária: 16

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Advogado, Enquadramento Funcional: Profissional liberal

Outras informações

Exercício das atribuições e prerrogativas inerentes à advocacia, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, OAB-SC, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Advogado, Enquadramento Funcional: Profissional liberal

Outras informações

Exercício das atribuições e prerrogativas inerentes à advocacia, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).



Vínculo institucional

2016 - 2017

Vínculo: Servidor Público,
Enquadramento Funcional: Servidor
Efetivo (Analista Legislativo), Carga
horária: 30

**Outras
informações**

Conforme item 2.2 do edital do certame (n. 001/2015) - com base no art. 3º c/c Anexo I da Lei Municipal n. 3.097/2010 - as atividades do Analista Legislativo da CVBC compreendem "prestar consultoria e assessoramento aos Vereadores que integram o plenário; Assessorar as Comissões Técnicas Permanentes e Temporárias em assuntos de natureza jurídica, bem como redigir as atas de suas reuniões; Zelar e acompanhar o fiel cumprimento dos prazos pelas Comissões Técnicas Permanentes e relatores especiais; Auxiliar na elaboração de projetos de Lei, Decreto Legislativo, Resoluções, emendas, Redação Final e outras proposições, relativos ao processo legislativo, de autoria dos senhores Vereadores, previamente à sua apresentação; Redigir, sob a supervisão do 1º Secretário da Mesa Diretora, as atas das reuniões do legislativo, a critério da Administração; Manter ordenadas e organizadas as atas da sessão legislativa em decurso, submetendo-as ao arquivo permanente após o encerramento; Participar das reuniões plenárias, a critério da Administração; Elaborar os ofícios e outros documentos a serem encaminhados pela Câmara Municipal; Auxiliar a Procuradoria Geral na análise e pesquisa jurisprudencial para emissão de pareceres jurídicos; Auxiliar a Controladoria Interna em assuntos de natureza jurídica; Desenvolver outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho das funções do cargo; Executar outras tarefas afins determinadas por superior hierárquico".



Vínculo institucional

2014 - 2016

Vínculo: Servidor Público,
Enquadramento Funcional: Servidor Efetivo (Analista Judiciário - Jud.),
Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Conforme o art. 3º, inciso I, da Lei 11.416/2006, as atividades desenvolvidas pelo Analista Judiciário compreendem serviços realizados privativamente por bacharéis em Direito, abrangendo processamento de feitos, execução de mandados, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como elaboração de pareceres jurídicos. Segundo o edital do certame (n. 01/2011 - Anexo I), as atividades do cargo eram as seguintes: "Executar atividades de análise processual; pesquisar e analisar legislação, jurisprudência e doutrina; elaborar pareceres jurídicos, atos administrativos, informações, relatórios, e outros documentos de informação técnico-jurídica; acompanhar e analisar sistematicamente a legislação relacionada com a sua área de atuação; executar atividades relacionadas com o planejamento operacional, a execução e o monitoramento de projetos, programas e planos de ação; acompanhar as matérias sob sua responsabilidade, propor alternativas e promover ações para o alcance dos objetivos da organização; executar as suas atividades de forma integrada com as das demais unidades da Secretaria do Tribunal, contribuindo para o desenvolvimento das equipes de trabalho; promover o atendimento aos clientes internos e externos; operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados, na execução de suas atividades; executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito de suas atribuições. Executar atividades



privativas de bacharel em Direito relacionadas com processamento de feitos, apoio a julgamentos e execução de mandados."

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, TJ-SC, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2014

Vínculo: Servidor Público,
Enquadramento Funcional: Servidor Efetivo (Técnico Judiciário Aux.),
Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

De agosto de 2012 até março de 2014, exerceu também a função de Assessor Jurídico no Gabinete dos Desembargadores Robson Luz Varella (2ª Câmara de Direito Comercial - 2012/2013) e Newton Trisotto (1ª Câmara de Direito Público - 2013/2014), com as atribuições previstas na Resolução nº 19/2011-GP.

Ministério Público Federal, MPF, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

"Atividades: Elaboração de despachos, ofícios, petições e demais tarefas relativas à análise de processos administrativos e judiciais, bem como elaboração de pesquisa doutrinária e jurisprudencial" (conforme termo de realização de estágio subscrito pelo Procurador da República Pedro Nicolau Moura Sacco)



Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Outro (especifique) (bolsista),
Enquadramento Funcional: Bolsista
na forma do art. 170 da CE/SC, Carga
horária: 20

Projetos de pesquisa

2020 - Atual

CONTROLE DOS INCENTIVOS
FISCAIS DE ICMS NO ESTADO DE
GOIÁS: DIAGNÓSTICO DA
ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DE
2014 A 2019 E PROPOSTAS PARA
MELHORIAS INCREMENTAIS NA
TRANSPARÊNCIA E EFETIVIDADE

Descrição: O problema de pesquisa
consiste, em síntese, na percepção,
corroborada por estudos e
investigações no âmbito estadual,
acerca da existência de falhas na
transparência e na avaliação e
controle efetivos por parte do Poder
Legislativo e demais órgãos
controladores quanto aos resultados e
efeitos da política de incentivos fiscais
de ICMS no Estado de Goiás e à
ausência de observância dos
requisitos a serem cumpridos pelas
pessoas jurídicas individualmente
beneficiadas..

Situação: Em andamento; Natureza:
Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (0) /
Especialização: (0) / Mestrado
acadêmico: (0) / Mestrado
profissional: (1) / Doutorado: (0) .

Integrantes: Eduardo Henrique Lolli -
Coordenador / Saulo de Oliveira Pinto
Coelho - Integrante.

2010 - 2011

A CONSTRUÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE PELA
JURISDIÇÃO



Descrição: Projeto desenvolvido entre agosto/2010 e julho/2011, como acadêmico da Univali e bolsista do CNPq, sob a orientação do professor Doutor Zenildo Bodnar, projeto esse que resultou na apresentação de dois relatórios parciais e um final, além da publicação do artigo científico 'A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SUSTENTABILIDADE' nos Anais da VII Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente (ISSN 2179-1279, 2010, p. 162-184).

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Eduardo Henrique Lolli - Coordenador.

2009 - 2010

: O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E A TEORIA DE JHERING QUANTO ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS NEGOCIAIS: crise do sujeito ou do negócio?

Descrição: Projeto desenvolvido entre junho/2009 e março/2010, como acadêmico da Univali e sob a orientação do professor Mestre Natan Ben-Hur Braga, financiado na forma do art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto esse que resultou na apresentação de dois relatórios parciais e um final à gerência de pesquisa da Universidade.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Eduardo Henrique Lolli - Coordenador.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

2.



Aplicadas / Área: Direito / Subárea:
Direito Público/Especialidade: Direito
Constitucional.

3.

Grande área: Ciências Sociais
Aplicadas / Área: Direito / Subárea:
Direito Público/Especialidade: Direito
Processual Civil.

4.

Grande área: Ciências Sociais
Aplicadas / Área: Direito / Subárea:
Direito Público/Especialidade: Direito
Tributário.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
Escreve Razoavelmente.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê
Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

 BITENCOURT, CAROLINE MULLER ; **LOLLI,**
EDUARDO HENRIQUE ; COELHO, SAULO DE
OLIVEIRA PINTO . Políticas públicas e



Autenticar documento em <https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade>
com o identificador 32003200370035003800310034003A00500052004100, Documento assinado
digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

constitucionalismo contemporâneo crítico:
sistematizações para subsidiar análises em Direito e
políticas públicas. SEQUENCIA, v. 43, p. 1-54, 2022.

2.

✳ **LOLLI, E. H.**. Transparência e acesso à
informação de dados relativos a incentivos fiscais:
desafios históricos e avanços recentes. Revista da CGU,
v. 14, p. 50-62, 2022.

3.

LOLLI, E. H.. Prestação de contas ou 'faz de conta':
uma análise crítica da sistemática de contas não
prestadas por órgãos partidários municipais à luz da
novel Resolução TSE n. 23.432/2014. Resenha Eleitoral
- Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Santa
Catarina, v. 7, p. on line-on lin, 2015.

4.

LOLLI, E. H.. Pluralidade de filiações partidárias: análise
crítica das alterações promovidas pela lei 12.891/2013 e
sua (in)aplicabilidade às Eleições Gerais de 2014.
Revista Brasileira de Direito Eleitoral, v. ano 06, p. 39-74,
2014.

5.

LOLLI, E. H.; BRAGA, N. B. . Breves apontamentos
acerca da relativização do pacta sunt servanda frente à
nova teoria contratual. PRODUÇÃO CIENTÍFICA
CEJURPS, v. Aníco, p. 251-260, 2009.

6.

LOLLI, E. H.; SANTOS, R. P. . Reflexões acerca da
legitimidade na peça Antígona de Sófocles. PRODUÇÃO
CIENTÍFICA CEJURPS, v. Aníco, p. 585-593, 2009.

7.

LOLLI, E. H.; OLIVEIRA, E. S. . Princípio constitucional
da publicidade e sua importância social. PRODUÇÃO
CIENTÍFICA CEJURPS, v. Aníco, p. 477-485, 2008.



Capítulos de livros publicados

1.

✳ **LOLLI, E. H.**; MOTTA, F. M. . Federalismo, Competência Concorrente e o Enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19): as respostas do STF na ADI n. 6.341/DF, ADI n. 6.343/DF e ADPF n. 672/DF. In: Edwiges C. Carvalho Corrêa; Eliane Romeiro Costa; Fernanda da Silva Borges; Fernanda de Paula Ferreira Moi; Pamôra Mariz S. de Figueiredo Cordeiro; Ruth Barros Pettersen da Costa. (Org.). Direitos fundamentais em xeque: perspectivas críticas da realidade brasileira. 1ed.São Paulo: Dialética, 2021, v. 1, p. 20-57.

2.

✳ **LOLLI, E. H.** AÇÃO POPULAR: PACOTE DE MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO E PERSPECTIVAS DE APRIMORAMENTO DO INSTITUTO. In: ALMEIDA, Frederico Rafael Martins de; COSTA, Rafael Antônio (Org.); SILVA, Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e (Org.); TEIXEIRA, Ayrton Belarmino de Mendonça Moraes Teixeira (Org.). (Org.). Participação Política - Balanços e Perspectivas. 1ed.Curitiba: Instituto Memória, 2017, v. , p. 124-151.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

LOLLI, E. H. Federação Partidária instituída pela Lei nº 14.208/21. Diário da Manhã, Goiânia, p. 15 - 15, 26 out. 2021.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

LOLLI, E. H. A efetivação do princípio constitucional da sustentabilidade. In: Dano Ambiental e Estado de Direito Ambiental, 2010, Florianópolis/Lisboa. VII Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente. Florianópolis: --, 2010. v. 1. p. 162-184.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos



1.

LOLLI, E. H.; COELHO, S. O. P. . Ciclo de políticas públicas e controle dos incentivos fiscais de ICMS no Estado de Goiás: perspectivas para o aperfeiçoamento da atuação controladora. In: I Congresso Brasileiro de Direito e Políticas Públicas, 2022, Goiânia. Direito e Políticas Públicas: Anais do I Congresso Brasileiro de Políticas Públicas. Uberlândia/MG: LAECC, 2022. v. 1. p. 237-248.

2.

LOLLI, E. H.. Os Fundamentos da Legitimidade Jurídica na peça Antígona de Sófocles. In: X Salão de Iniciação Científica ? PUCRS, 2009, Porto Alegre - RS. X Salão de Iniciação Científica ? PUCRS. --: --, 2009. v. 1. p. on line-on line.

Artigos aceitos para publicação

1.

✳ **LOLLI, E. H.;** COELHO, S. O. P. . Incentivos fiscais como instrumento de políticas públicas à luz do enfoque crítico do constitucionalismo contemporâneo. REVISTA DIREITO UFMS, 2022.

Apresentações de Trabalho

1.

LOLLI, E. H.; COELHO, S. O. P. . Controle dos incentivos fiscais de ICMS no Estado de Goiás: diagnóstico da atuação do poder legislativo e dos órgãos de controle de 2014 a 2019 e propostas para melhorias incrementais na transparência e efetividade da atuação controladora. 2020. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

2.

LOLLI, E. H.; COELHO, S. O. P. . Ciclo de políticas públicas e controle dos incentivos fiscais de ICMS no Estado de Goiás: perspectivas para o aprimoramento da atuação controladora. 2020. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).



3.

COSTA, M. T. ; **LOLLI, E. H.** . Redação e Técnica Legislativa. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1.

LOLLI, E. H.. Pluralidade de filiações partidárias: análise crítica acerca da (in)aplicabilidade da Lei nº 12.891/2013 às eleições gerais de 2014. Brasília: Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior do Trabalho (EJE/TSE), 2014 (Artigo).

2.

LOLLI, E. H.. Competência legislativa concorrente em matéria ambiental: impasses e perspectivas. Florianópolis: Revista Eletrônica AJUFESC, 2013 (Artigo).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1.

ARAUJO, E. F. ; COSTA, M. T. ; **LOLLI, E. H.** ; MARCONDES, R. D. M. ; MELO, M. L. S. ; VASCONCELOS, R. R. . Guia Prático Parlamentar (Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás). 2019.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

LOLLI, E. H.. Calendário Eleitoral. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺



2.

LOLLI, E. H.. Artigo CGU. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Demais tipos de produção técnica

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

IX Jornada de Direito Civil.Proposta de enunciado (ID: 4689) e votação das demais propostas na Comissão I e no Plenário. 2022. (Outra).

2.

Seminário Eleições 2022. 2022. (Seminário).

3.

XLIX Encontro Nacional dos Procuradores e Advogados do Poder Legislativo.Conduitas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral (debatedor). 2022. (Encontro).

4.

Ciclo Direito Constitucional Estadual - Módulo II:. 2021. (Outra).

5.

Congresso Estadual da Advocacia Pública. 2021. (Congresso).

6.



I Congresso Online de Direito Legislativo. 2021. (Congresso).

7.

Quarta com Tributos - Benefícios fiscais: concessão, modificação e vinculação. 2021. (Outra).

8.

13º Ciclo de Palestras - Hermenêutica Constitucional. 2020. (Outra).

9.

3º Encontro de Pesquisa em Direito e Políticas Públicas. 2020. (Encontro).

10.

I Congresso de Direito e Políticas Públicas. CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE DOS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS NO ESTADO DE GOIÁS: PERSPECTIVAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA ATUAÇÃO CONTROLADORA. 2020. (Congresso).

11.

I Congresso de Direito e Políticas Públicas. 2020. (Congresso).

12.

I Encontro Virtual do Conpedi. 2020. (Encontro).

13.

I Jornada Pesquisas Tributarias. 2020. (Outra).

14.

I Jornada Pesquisas Tributarias. CONTROLE DOS



INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS NO ESTADO DE GOIÁS: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DE 2014 A 2019 E PROPOSTAS PARA MELHORIAS INCREMENTAIS NA TRANSPARÊNCIA E EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO CONTROLADORA. 2020. (Outra).

15.

IV Colóquio em Políticas Públicas, Gestão Social e Direitos Sociais - Avaliação de políticas públicas para uma efetividade constitucionalmente adequada: desafios para uma avaliação baseada em evidências e orientada ao constitucionalismo democrático. 2020. (Outra).

16.

Legitimidad y efectividad del uso de indicadores en Derecho: una perspectiva jusfilosófica. 2020. (Encontro).

17.

Renúncia tributária de ICMS. 2020. (Outra).

18.

VII Colóquio em Políticas Públicas, Gestão Social e Direitos Sociais. 2020. (Outra).

19.

WORKSHOP ?DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA E DO CONTROLE EXTERNO?. 2020. (Outra).

20.

Workshop ?Políticas Públicas e Produção de Conhecimento no Tribunal de Contas do Estado de Goiás. 2020. (Outra).

21.

Constata: 30 anos de Constituições Estaduais no Brasil.



2019. (Congresso).

22.

Curso Poder Legislativo e Processo Legislativo. Redação e Técnica Legislativa. 2019. (Oficina).

23.

Macrovisão do Processo Tributário. 2019. (Seminário).

24.

XLVI Encontro Nacional de Procuradores e Advogados do Poder Legislativo. Poder Legislativo em juízo e a experiência da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. 2019. (Encontro).

25.

Congresso Goiano de Direito Processual Civil. 2018. (Congresso).

26.

II Jornada de Direito Processual Civil. Apresentação, discussão e votação de enunciados. 2018. (Outra).

27.

Seminário de 30 anos da Constituição Federal de 1988. 2018. (Seminário).

28.

XLV Encontro Nacional de Procuradores e Advogados do Poder Legislativo. 2018. (Encontro).

29.

XXII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE) 9cn. 2018. (Encontro).



30.

II Seminário da Advocacia Pública. 2017. (Seminário).

31.

Seminário de Políticas Públicas Consensuais: Conciliação e Mediação em Conflitos Administrativos. 2017. (Seminário).

32.

XLIII Encontro Nacional dos Procuradores Legislativos. 2017. (Encontro).

33.

I Conferência Internacional Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade. 2012. (Congresso).

34.

Júri Popular. 2011. (Outra).

35.

X Seminário de Iniciação Científica. A construção jurídica da sustentabilidade pela jurisdição. 2011. (Seminário).

36.

5º Congresso dos Centros Acadêmicos de Direito de Santa Catarina. 2010. (Congresso).

37.

II Congresso Brasileiro de Direito Univali - Atlas. 2010. (Congresso).

38.



II Seminário sobre o Projeto Rondon. 2010. (Seminário).

39.

Serviço Voluntário. Projeto de Filantropia "Grupo Teatral Paidéia" (30 horas). 2010. (Outra).

40.

VII Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente. 2010. (Congresso).

41.

VII Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente. A efetivação do princípio constitucional da sustentabilidade. 2010. (Congresso).

42.

Curso de Inglês Jurídico - Instrumental - Leitura - Modalidade EAD. 2009. (Outra).

43.

II Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado. Beccaria e a doutrina do contrato social. 2009. (Exposição).

44.

I Seminário Interno de Pesquisa e Extensão do Grupo de Pesquisa Paidéia. O princípio da confiança e a teoria de Jhering quanto às relações jurídicas negociais. 2009. (Seminário).

45.

Semana de Combate à Pirataria em Itajaí. 2009. (Encontro).

46.



Semana Jurídica Mougenot "Grandes Nomes do Direito". 2009. (Encontro).

47.

X Salão de Iniciação Científica da PUC/PR. Os fundamentos da legitimidade jurídica na peça Antígona de Sófocles. 2009. (Exposição).

48.

1º Congresso Nacional de Direito Criminal. 2008. (Congresso).

49.

2º Simpósio Estadual de Direito - Univali. 2008. (Simpósio).

50.

2º Simpósio Estadual de Direito Univali. 2008. (Congresso).

51.

I Congresso Brasileiro de Direito Criminal de Balneário Camboriú. 2008. (Congresso).

52.

XV Conferência Estadual dos Advogados de Santa Catarina. 2008. (Congresso).

Inovação

Projetos de pesquisa

2020 - Atual



Autenticar documento em <https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade> com o identificador 32003200370035003800310034003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

CONTROLE DOS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS NO ESTADO DE GOIÁS: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DE 2014 A 2019 E PROPOSTAS PARA MELHORIAS INCREMENTAIS NA TRANSPARÊNCIA E EFETIVIDADE

Descrição: O problema de pesquisa consiste, em síntese, na percepção, corroborada por estudos e investigações no âmbito estadual, acerca da existência de falhas na transparência e na avaliação e controle efetivos por parte do Poder Legislativo e demais órgãos controladores quanto aos resultados e efeitos da política de incentivos fiscais de ICMS no Estado de Goiás e à ausência de observância dos requisitos a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas individualmente beneficiadas..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (1) / Doutorado: (0) .

Integrantes: Eduardo Henrique Lolli - Coordenador / Saulo de Oliveira Pinto Coelho - Integrante.

Outras informações relevantes

1 - Principal autor intelectual da minuta de projeto de lei (nº 804, de 09/12/2021, processo legislativo nº 2021009245 da ALE/GO) que deu origem à Lei nº 21.242/2022 do Estado de Goiás (<https://opine.al.go.leg.br/proposicoes/2021009245>) 2 - Um dos procuradores responsáveis pelo assessoramento jurídico da CPI dos Incentivos Fiscais da ALE/GO (2019/2020)

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 27/06/2024 às 11:04:56

Imprimir currículo



Autenticar documento em <https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade> com o identificador 32003200370035003800310034003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.